

O PCB e a criação das Uniões Femininas na cidade do Rio de Janeiro: as comunistas na luta pelo direito das mulheres trabalhadoras à cidade (1945-1948)

The PCB and the creation of Women's Unions in the city of Rio de Janeiro: the communists in the struggle for the rights of working women (1945-1948)

Paula Elise Ferreira Soares*

"A mulher não pode continuar à margem da vida do país."
Antonieta Campos da Paz¹

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar os resultados da pesquisa que evidenciou o empenho de militantes do PCB, sobretudo mulheres, em promover a criação de Uniões Femininas em diversos bairros da cidade do Rio de Janeiro entre 1945 e 1948. Tratava-se de entidades compostas exclusivamente por mulheres, sediadas tanto em regiões periféricas como nas áreas centrais da cidade, que se destinavam a mobilizar donas de casa, empregadas domésticas e demais trabalhadoras em torno de suas reivindicações cotidianas. As Uniões Femininas denunciavam a carestia, organizaram distribuição de alimentos e outras mercadorias solicitadas pelas filiadas, procuraram construir cooperativas de consumo, pressionavam os órgãos públicos para conseguir a construção de escolas, hospitais e para melhorar o abastecimento dos bairros. Além disso, através das Uniões Femininas o PCB procurou envolver as massas femininas nas campanhas eleitorais do período.

Palavras-chave: Uniões Femininas; mulheres comunistas; trabalho político feminino.

* Doutora, mestre e graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus Betim. E-mail: paula.elise@ifmg.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7856-6176>.

1 PAZ, Mariza Campos. **Nieta dos campos da paz**. Rio de Janeiro: Maud X, 2012. p. 87.

Abstract: This work aims to present the results of the research that evidenced the commitment of militants of the Brazilian Communist Party (PCB), especially women, to promote the creation of Women's Unions in different neighborhoods of the city of Rio de Janeiro between 1945 and 1948. These were associations composed exclusively of women, based both in peripheral regions and in the central areas of the city, which were intended to mobilize housewives, domestic workers and other workers around their daily demands. The Women's Unions denounced the famine, organized the distribution of food and other goods requested by the affiliates, sought to build consumer cooperatives, put pressure on public bodies to achieve the construction of schools, hospitals and to improve the supply of neighborhoods. Furthermore, through women's unions, the PCB sought to involve the poor female masses in the electoral campaigns of the period.

Keywords: Feminine unions; communist women; women's political work.

Introdução

POUCOS PARTIDOS no Brasil possuíram a longevidade e causaram tanto impacto político como o Partido Comunista do Brasil, mais tarde denominado Partido Comunista Brasileiro (PCB). Criado em 1922, o PCB se fez presente na política formal, nos movimentos sociais, no campo, nas cidades e, até pelo menos a década de 1980, esteve envolvido nas principais discussões e nos principais eventos que marcaram a vida dos brasileiros. Os valores, as tradições, as representações, as ideias e todo o repertório que os militantes do partido partilhavam e difundiram tomaram por anos a arena política do país, seja porque conquistaram a muitos ou porque motivaram, com paixão similar, a oposição e o ódio de tantos outros. De fato, a cultura política comunista² consolidada a partir do PCB e os anticomunismos³ surgidos em oposição a ela são elementos essenciais da dinâmica política do país até o início da Nova República.

Entretanto, apesar do interesse que a relevância da trajetória do PCB desperta nos pesquisadores, muitas de suas atuações políticas ainda seguem sendo pouco estudadas, a exemplo do trabalho partidário realizado junto às mulheres em todo o Brasil. Procurando contribuir com os estudos sobre o partido, neste artigo me proponho a apresentar o empenho de militantes do PCB, sobretudo mulheres, em promover a criação de Uniões Femininas em

2 BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX; SIRINELLI (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1988; LAZAR, Marc. Forte et fragile, emuable et changeante. La culture politique comunista. In: BERNSTEIN, Serge. **Les cultures politiques en France**. Paris: Le Seuil, 1999; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas políticas na história**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo (org.). **Comunistas brasileiros**: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 15-35; FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do mito**: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

3 Para um debate sobre o anticomunismo e seu impacto na história do país, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

diversos bairros da cidade do Rio de Janeiro entre 1945 e 1948. Tratava-se de entidades compostas exclusivamente por mulheres, sediadas tanto em regiões periféricas como nas áreas centrais da cidade, que se destinavam a mobilizar donas de casa, empregadas domésticas e trabalhadoras de vários outros segmentos em torno de suas reivindicações cotidianas. Para tanto, tensiono a interpretação hegemônica que aponta o PCB como um partido que pouco se interessou pelas demandas femininas. Segundo essa vertente historiográfica, marcadamente feminista, o partido comunista secundarizava as pautas específicas das mulheres para priorizar a pauta geral representada pela construção do processo revolucionário que colocaria o Brasil na órbita da URSS.⁴ A luta geral do partido inviabilizaria seu engajamento nas pautas específicas das mulheres e manteria os comunistas afastados de suas demandas e de suas realidades cotidianas.

Pesquisas da última década têm apontado que a tão afirmada subordinação de todos os segmentos do PCB às orientações soviéticas, ou mesmo de todas as fileiras do PCB ao comando do partido, são exageradas. Se em muitas ocasiões o comando partidário, inegavelmente, esteve mais dedicado a desencadear a revolução comunista no Brasil do que empenhado em compreender a realidade das camadas trabalhadoras – como no contexto que precede a Insurreição Comunista de 1935 –, em tantos outros momentos o PCB, sobretudo seus militantes de base, moldaram métodos de trabalho político que se sustentavam justamente no envolvimento com o cotidiano da população dos subúrbios. De fato, as pesquisas atuais apontam que o trabalho desenvolvido pelos militantes de base, muitas vezes, ignorava as orientações programáticas impostas pelo comando do partido⁵ quando estas se opunham ou se confrontavam com as demandas das massas. Aproximando-me dessa corrente de análise, procurarei demonstrar como o trabalho político realizado pelas militantes junto às trabalhadoras e mulheres de famílias proletárias ao longo dos anos 1940-1950 se conformou a partir dos anseios específicos delas, de suas mazelas e de seus sonhos e, por isso, contribuiu para a luta das massas femininas pelo seu acesso à cidade do Rio de Janeiro e à dignidade de vida. Inclusive, sinalizarei que, para manter os vínculos e a proximidade com essas mulheres, as militantes envolvidas com as Uniões Femininas não aderiram à mudança programática que marcou o PCB entre 1948 e 1950.

- 4 ALVES, Iracélli da Cruz. **Feminismo entre ondas**: mulheres, PCB e política no Brasil. 2020. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020; SOIHET, Rachel. **Feminismos e antifeminismos**: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013; SOIHET, Rachel. Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 40, p. 169-195, jun. 2013; BERNARDES, Maria Elena. **Laura Brandão**: a invisibilidade feminina na política. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995; RODRIGUES, Cintia; MELO, Hildete Pereira de. La trayectoria de las mujeres comunistas brasileñas: una historia sin contar. In: VALOBRA, Adriana; YUSTA, Mercedes. **Queridas camaradas**: historias iberoamericanas de mujeres comunistas. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2017. p. 100; TAVARES, Betzaida Mata Machado. **Mulheres comunistas**: representações e práticas femininas no PCB (1945-1979). 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003; TELES, Maria Amélia. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Alameda, 2017.
- 5 Para mais informações sobre esse debate historiográfico, ver: SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de. **Capítulos de história dos comunistas no Brasil**. Salvador: Edufba, 2016.

Ao contrário do que afirma uma parcela da historiografia, reflexões sobre as condições de vida das mulheres brasileiras aparecem nas fileiras do PCB já em 1925 e motivaram a criação de organizações e ações específicas pelo menos até 1956. Entre os anos 1920 e 1950, as militantes comunistas testaram e aprimoraram alguns métodos de atuação junto às mulheres com o objetivo de viabilizar o trabalho político feminino para, dessa forma, atrair as brasileiras para as fileiras do partido e enfrentar a questão feminina no país. Por questão feminina os comunistas denominavam o fenômeno da desigualdade social, cultural, política e econômica existente entre os sexos nas sociedades, a qual gerava a subordinação das mulheres ao domínio masculino. Para os militantes – não apenas do PCB, mas de todos os partidos que se filiavam à cultura política comunista que se difundiu a partir da ascensão do grupo bolchevique ao poder na Rússia em 1917 –, seu surgimento coincidiria com o aparecimento da propriedade privada e marcaria a consolidação da desigualdade “entre os sexos” como um dos fundamentos do sistema capitalista. Tornar as mulheres social e culturalmente inferiores aos homens seria o primeiro aspecto a evidenciar o nascimento da dinâmica de conflitos batizada como luta de classes. Sendo assim, combater o capitalismo, para um comunista, implicava em destruir a hierarquização sexual que conformaria as sociedades, ou seja, destruir o que contemporaneamente denominamos como patriarcado.

Assumindo o enfrentamento da questão feminina como um dever, a Internacional Comunista (1919-1943) – entidade que visava incentivar a eclosão de movimentos revolucionários nos demais países do mundo a partir da liderança russa/soviética – impunha o trabalho político feminino como uma obrigatoriedade para todos os partidos que se diziam comunistas. Através de sua Seção Feminina, a Internacional procurava monitorar os avanços das organizações em relação a essa questão e, por isso, constantemente enviava cartas ao comando do PCB. Pressionado pela Seção Feminina da Internacional, o partido brasileiro organizou sua primeira entidade feminina em 1928, o Comitê de Mulheres Trabalhadoras (CMT, 1928-1933), através do qual procurou envolver as militantes nas ações do Bloco Operário e Camponês (BOC) e mobilizar trabalhadoras para a sindicalização e atuação nas campanhas eleitorais, ainda que, naquele momento, não pudessem ser eleitoras. Essa primeira experiência evidenciou para os militantes as limitações impostas pela mobilização que se construía de cima para baixo, ou seja, partindo das decisões do comando partidário e impostas às mulheres. De fato, o CMT não alcançou muito sucesso, mas, ainda assim, consolidou a certeza de que era preciso investir na organização feminina. Por isso, o PCB criou a Comissão Central para o trabalho entre as mulheres (1929-1935), órgão ligado ao comitê central e que se destinava a incentivar e monitorar a condução do trabalho político feminino junto a todas as células do partido espalhadas pelo país.

Entretanto, foi em 1935 quando as militantes comunistas se aproximaram do método de trabalho que lhes renderia o sucesso político dos anos 1940. Elas se juntaram a mulheres não comunistas e fundaram a União Feminina do Brasil (UFB, 1935), entidade destinada a

envolver as mulheres na luta antifascista que crescia no país. Diferentemente do CMT, a UFB não entendia a sindicalização como um dos seus principais objetivos e procurou mobilizar mulheres que orbitavam outros espaços para além das fábricas, espaços mais privados que públicos, tais como as empregadas domésticas e as donas de casa. A atuação da UFB foi breve – durou apenas 2 meses –, mas foi fundamental porque permitiu às comunistas perceberem que as demandas das mulheres do proletariado eram, em sua maioria, ligadas ao acesso à cidade. Elas reivindicavam acesso ao transporte público, às creches, às escolas. No caso das donas de casa, reivindicavam melhores preços para as mercadorias e a oportunidade de serem financeiramente independentes. Ao assumirem essas plataformas e procurarem, progressivamente, relacioná-las à pauta mais geral da luta antifascista e da proposta comunista revolucionária, as comunistas assumiram as lutas femininas específicas como suas bandeiras imediatas.

A onda anticomunista que se conformou e ganhou força a partir de 1935 interrompeu a atuação da UFB, mas não desmantelou seu legado. A experiência preparou as militantes para o trabalho que desenvolveriam a partir de 1945. Após a redemocratização e a consequente reorganização do PCB – que entre 1937 e 1942 havia sido duramente perseguido e combatido pelo Estado brasileiro –, o trabalho político feminino se reestruturou por meio da criação de diversas Uniões Femininas, em várias cidades de vários estados do país. O PCB saiu dos porões da ditadura varguista e ganhou os bairros, em especial, como mostrarei adiante, aqueles da cidade do Rio de Janeiro.

O contexto partidário

A ONDA DE REPRESSÃO que se abateu sobre o PCB (1935-1942) após a Insurreição de 1935 quase extinguiu o partido. Os principais dirigentes foram presos, e as diversas células estaduais e municipais em todo o país foram desmanteladas. Apenas em 1941, com a criação da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), houve uma tentativa de reorganização de um comando partidário que teria o objetivo de incentivar e orientar a refundação das células comunistas no país. A partir de 1942, após Vargas declarar guerra contra as potências fascistas, inserindo o Brasil no conflito mundial ao lado dos Estados Unidos, da Inglaterra e da URSS, a direção do PCB, mesmo submetida à clandestinidade, sentiu-se motivada a realizar uma conferência nacional. O número de militantes seguia restrito, a maioria das lideranças, inclusive Prestes, continuava presa, mas, por volta de agosto de 1943, em algum lugar do Vale do Paraíba, realizou-se a Conferência da Mantiqueira, momento em que as disputas de projetos entre os pecebistas culminaram em uma orientação política única: a política de união nacional. A novidade dessa orientação era uma maior flexibilidade na condução das alianças do partido – poderiam ser incluídos liberais, feministas, democratas, empresários e outros membros das elites, mesmo que

se declarassem anticomunistas – e a adoção de um discurso pecebista menos combativo porque contrário à ebulição social e aos conflitos, a exemplo das greves.

Em abril de 1945, Vargas assinou o decreto de anistia a todos os presos que haviam cometido crimes políticos desde julho de 1934. Nesse contexto, todos os comunistas encarcerados foram libertados, e Luís Carlos Prestes, arvorado à condição de secretário-geral do partido, passou a protagonizar comícios monstros em estádios de futebol lotados no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Recife.⁶ Durante seus discursos, Prestes se responsabilizou pela divulgação da nova orientação política do PCB⁷ e procurou contribuir para a transformação do partido em uma entidade de massas capaz de representar e defender as demandas populares. Prestes defendia a atuação ordeira dos militantes para se viabilizar o sucesso do partido nas eleições que seriam realizadas no país pela primeira vez após anos de governo ditatorial. Segundo Prestes, a preparação do PCB para as eleições, tarefa urgente e primordial, deveria ser feita por local de trabalho ou moradia, porque assim o partido estaria em contato com a situação real da população, tornando-se capaz de representar suas demandas. Para tanto, era preciso promover a

organização do povo em organismos que lhe sejam próprios, em amplos comitês ou comissões em locais de trabalho, nas ruas e bairros, em comitês democráticos que unidos, pouco a pouco, de baixo para cima, constituirão, num futuro mais ou menos próximo, as organizações de cidade, região e estado, até a grande união nacional, aliança de todas as forças, correntes, grupos e partidos políticos que aceitem o programa mínimo de unificação nacional. Esses comitês populares deverão ser amplos, de nenhuma cor partidária, e receber no seu seio a todos os sinceros democratas, patriotas e progressistas que realmente lutem pela união nacional, pela ordem e pela tranquilidade, pelas reivindicações econômicas mais imediatas e por eleições livres e honestas. É evidente que desde logo que tais organismos populares escolherão como seus candidatos aos cargos eletivos os homens que lhes inspirem confiança, que lhes pareçam capazes de defender aquele programa e de participar ativamente da solução dos grandes e graves problemas nacionais do momento.⁸

No discurso realizado no estádio carioca, Prestes anunciou a criação dos comitês democráticos e populares por parte dos comunistas como organizações de massas que deveriam ser integradas por pessoas de diversas orientações políticas e religiosas. A condição para compor os comitês era se dispor a reconhecer e atuar pela conquista das demandas das populações de cada bairro, ao mesmo tempo que se deveriam promover debates e ações relacionadas às pautas comunistas internacionais. Nesse sentido, os comitês deveriam lutar pelo fim da

6 O número de filiações ao partido aumentou de modo expressivo, e as ações do partido promovidas entre 1945 e 1948 garantiram a construção de seu caráter de massas. Para mais informações, ver: REIS, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: **História do Marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960**. v. 5. Campinas: Unicamp, 2007; VINHAS, Moisés. **O partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)**. São Paulo: Hucitec, 1982; CARONE, Edgar. **O PCB (1943-1964)**. São Paulo: DIFEL, 1982.

7 REIS, op. cit., p. 76.

8 PRESTES, Luis Carlos. **Discurso do dia 23 de maio de 1945**. In: Tribuna Popular. Rio de Janeiro, 1º jun. 1945. p. 5.

carestia, pela construção de hospitais, pelo calçamento das ruas e pela instalação da rede de esgoto. Concomitantemente, deveriam promover a inserção da população dos subúrbios nas campanhas eleitorais do país e nos movimentos internacionais pela paz e pelo combate ao fascismo.

Apostoa do PCB frutificou. Entre 1945 e 1950, diversos comitês populares democráticos foram criados em bairros das várias cidades de todos os estados brasileiros.⁹ Segundo Duarte, os comitês se apresentaram como uma novidade na vida política brasileira, tanto porque colocaram “os bairros e seus problemas, até então invisíveis, no centro das discussões” quanto porque trouxeram “para o debate público pessoas que não estavam familiarizadas com essas práticas de organização e reivindicação”.¹⁰ Segundo o pesquisador, a intensa mobilização nos bairros suburbanos não foi uma invenção do PCB, mas foi o partido que através dos comitês conseguiu torná-la sistemática. Além disso, os comitês inauguraram um novo fazer político, o qual se baseava na preocupação dos candidatos às eleições em conquistarem o apoio das camadas populares, mostrando-se dispostos a ouvir e representar suas demandas. De fato, políticos como Jânio Quadros e Adhemar de Barros encorpam suas trajetórias políticas em virtude dos aprendizados que obtiveram ao observar a atuação dos comunistas junto aos comitês democráticos.¹¹ Depois do sucesso eleitoral do PCB no pleito de 1947, o qual se deveu sobretudo à atuação do partido junto às organizações de bairro, aqueles políticos e tantos outros passaram a se preocupar em se aproximar das demandas das populações dos subúrbios.¹² O povo das favelas e áreas pobres passou a ser visto como detentor de um significativo capital político, e, conseqüentemente, suas mazelas ganharam mais visibilidade por intermédio das vozes de lideranças políticas brasileiras.

9 Para mais informações sobre a atuação dos comitês democráticos, ver: DUARTE, Adriano Luiz. **Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro Mooca, 1942-1973**. 2002. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002; DUARTE, Adriano Luiz. Em busca de um lugar no mundo: movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 50. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 195-219, jul.-dez. de 2008; ALEM, Sílvio. **Os trabalhadores e a redemocratização: 1942-1948**. 1981. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981; DUARTE, Adriano Luiz; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: ademarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista, 1947-1953. **Cadernos do AEL**, Campinas, v. 11, n. 20/21, 2004; PINHEIRO, Marcos César de Oliveira. **Dos comitês populares democráticos (1945-1947) aos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964): uma história comparada**. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014; PINHEIRO, Marcos César de Oliveira. **O PCB e os comitês populares democráticos da cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

10 DUARTE, op. cit., 2002, p. 26.

11 DUARTE; FONTES, op. cit.

12 Adriano Duarte e Paulo Fontes evidenciam como os ganhos obtidos pelos políticos, de um lado, e a população organizada através dos Comitês Populares Democráticos, de outro, foram mútuos. Evidenciando a construção de uma dinâmica política complexa, os autores procuram desconstruir a ideia, então hegemônica na historiografia, de que os comitês teriam sido meros instrumentos eleitoreiros criados pelo PCB e cooptados por outros políticos. A população dos bairros organizada, segundo Duarte e Fontes, não se colocava como mera massa de manobra facilmente manipulada, mas se transformou em uma força política expressiva e capaz de impor suas mazelas e demandas. É de Duarte, inclusive, o argumento de que os comitês populares viabilizaram às pessoas da periferia reivindicar seu “direito à cidade”, ou seja, a uma vida digna, aos equipamentos sociais adequados e à interferência política concreta. Para mais informações, ver: DUARTE; FONTES, op. cit.; DUARTE, op. cit., 2008; DUARTE, op. cit., 2002.

A reorganização do PCB a partir de 1943, que culminou na adoção da política de união nacional e na defesa da criação dos comitês democráticos, motivou, também, a reestruturação do trabalho político feminino do partido. Reconhecendo as especificidades da vida das brasileiras, vários comitês fundaram uma seção feminina que procurava mobilizar as mulheres de cada bairro e envolvê-las nas campanhas eleitorais. Além dessas seções femininas, a partir de 1946 se espalharam pelo país Uniões Femininas de caráter local, que, apesar de serem comandadas por comunistas, procuravam a adesão de mulheres de todas as filiações políticas, desde que estivessem dispostas a atuar para reconhecer e dar visibilidade às angústias, aflições e demandas das trabalhadoras dos subúrbios do país. Dessa forma, além dos comitês democráticos, cuja trajetória já foi bastante analisada pela historiografia,¹³ as Uniões Femininas funcionaram como o braço popular do PCB.

As Uniões Femininas e a luta de mulheres pelo direito à cidade

QUANDO AS Uniões Femininas se espalharam pelos bairros de tantos estados, seu objetivo era permitir a organização das mulheres em torno de suas demandas cotidianas e envolvê-las na luta contra a carestia de vida que assolava as cidades brasileiras. Em especial, as Uniões pretendiam mobilizar a mulher proletária, o que explica seu surgimento, sobretudo, nos subúrbios das cidades. No Distrito Federal e região metropolitana do Rio de Janeiro, por exemplo, surgiram Uniões Femininas nas regiões de Olaria e Ramos, Santo Cristo, Tijuca, Vila Isabel, no Morro da Formiga, Morro do Pinto, Méier, São Cristóvão, Madureira, Estrada do Magarça, Cordovil, Coelho Rocha, entre outros. Não foram ignoradas as áreas nobres e centrais da capital, mas as Uniões que ali se constituíram procuraram, igualmente, atrair as trabalhadoras como as empregadas domésticas e mulheres das famílias proletárias.

No processo de formação das Uniões Femininas, as comunistas construíram vínculos e alianças com diversas lideranças políticas, tendo, inclusive, se aproximado de integrantes da anticomunista União Democrática Nacional (UDN), como veremos adiante. Juntas, elas subiram as favelas, visitaram os ajuntamentos cariocas que estavam se constituindo ou crescendo, todas regiões que sofriam com o descaso do poder estatal. Ao chegarem a essas áreas, as militantes depararam-se com realidades femininas duras que, apesar de desconcertantes, não podiam ser encaradas como exceção no contexto do país. Nas favelas e subúrbios do Rio de Janeiro, assim como nos rincões de todos os estados brasileiros, faltavam saneamento básico, eletricidade, ruas calçadas, moradias adequadas, mercados e feiras que pudessem garantir o abastecimento de alimentos para a comunidade. Postos médicos, maternidades, creches, escolas, parques e praças eram equipamentos sociais tão raros quanto a coleta de lixo e o transporte público. Dessa forma, se o Brasil de meados da

¹³ Ainda é preciso realizar um trabalho de pesquisa mais sistemático sobre a atuação das seções femininas dos comitês populares democráticos fundados em todo o país.

década de 1940 podia celebrar o progressivo retorno da democracia no seu sentido político-institucional, no dia a dia, parecia um projeto distante inclusive dos moradores da principal cidade do país. A maioria da população brasileira, em especial as mulheres, seguia sendo submetida a uma realidade de exclusão e abandono que limitava a sua vivência da cidadania.

Para conseguir entender a especificidade da condição feminina no contexto de reorganização do trabalho político do PCB junto às mulheres, busquei informações no censo realizado em 1940 no Brasil.¹⁴ Segundo o retrato populacional que pude construir com base nesses dados, a brasileira típica era, via de regra, mãe. Fosse casada, solteira, viúva, desquitada, divorciada, ao alcançar a faixa etária de 30 a 39 anos, essa mulher já possuía, em média, de três a cinco filhos, número que chegava a oito entre as mulheres de 50 a 59 anos. Segundo o censo, um número expressivo de mulheres em 1940 teve seu primeiro bebê entre 12 e 19 anos, mesmo momento da vida em que muitas delas se casavam. As mulheres com filhos que não se casavam e se mantinham solteiras, além de enfrentar o julgamento moral, precisavam lidar com a necessidade de sustentar economicamente a si e aos filhos.

Ao analisar a representatividade das mulheres no mercado de trabalho, é possível perceber o impacto das atividades domésticas em seu cotidiano. De todos os setores econômicos elencados na pesquisa, as tarefas domésticas e escolares eram as que mobilizavam maior contingente de mulheres. De um total de 11.909.514 indivíduos de 10 anos ou mais que declararam possuir nas tarefas domésticas e tarefas escolares sua principal atividade exercida,¹⁵ 10.725.275 deles eram mulheres. Parcela significativa desse número era composta por donas de casa ou mulheres que trocavam seus serviços por moradia e comida, já que, entre os 9.303.495 indivíduos que afirmaram realizar tais atividades de forma não remunerada e no domicílio, 9.232.500 eram mulheres. Elas eram igualmente maioria quando se tratava de serviços domésticos remunerados: de 557.294 indivíduos que se dedicavam a essa profissão, 520.100 eram mulheres, as empregadas domésticas.¹⁶

14 A opção por analisar as informações do censo de 1940 se justifica pela data de criação das Uniões Femininas. As informações sobre as condições de vida das brasileiras que chegaram até as comunistas – como evidência o discurso dessas lideranças da União Feminina de Botafogo que mencionarei adiante – foram aquelas retiradas da pesquisa de 1940. Importante destacar que esse censo apresentou dados sobre a quantidade de brasileiros acima de 10 anos que eram sindicalizados, de acordo com sexo e ramo de atividade. A pesquisa realizada em 1950 já não apresentou essas informações. Tal mudança parece sugerir uma preocupação do governo ditatorial de Vargas com o fenômeno dos sindicatos e dos sindicalizados, o que impõe, ainda, maior pesquisa. Outra informação importante se refere ao fato de o retrato demográfico, social e político das mulheres apresentado pelo censo de 1950 não ter sofrido grandes alterações quando comparado com a pesquisa realizada em 1940. Por fim, os dados apresentados no censo de 1940 acerca das mulheres no Distrito Federal acompanham as sinalizações apresentadas nos dados nacionais.

15 Como é informado no relatório do censo, por “atividade principal” entendia-se a “atividade ‘única’ exercida pelo declarante ou aquela que, na ocorrência de mais de uma, haja sido por ele julgada, no respectivo questionário, de ‘maior relevo’ do ponto de vida da condição ou do provento auferido”. Nesse sentido, a maior parte das mulheres entrevistadas reconhecia a atuação doméstica não remunerada como sua atividade única ou de maior relevo. Importante destacar que na pesquisa do IBGE, o número de mulheres com 10 anos ou mais que declararam exercer uma atividade principal era, no total, 14.603.238. Como destacado no texto, desse total, 10.725.275 atuavam em atividades domésticas e/ou atividades escolares, sendo 9.232.500 delas em atividades domésticas não remuneradas no domicílio familiar.

16 Após as atividades domésticas, o setor produtivo em que as mulheres mais se destacavam era a agricultura. De 9.453.512 indivíduos que reconheciam como sua atividade principal a agricultura, pecuária e silvicultura, 1.270.199 eram mulheres. Nas demais categorias profissionais apresentadas, o número de trabalhadoras caía expressivamente. Na indústria têxtil, de 290.298 indivíduos, 189.080 eram mulheres, ou seja, a maioria dos

Tabela 1 - Mulheres de 12 anos e mais, por estado conjugal, segundo idade, com discriminação das que tiveram filhos vivos e indicações referentes aos filhos que tiveram.

	Idade ignorada	12 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos ou mais	Total	
Solteiras	Total de Mulheres	8.734	1.541.670	1.957.928	1.448.101	492.978	266.979	145.476	77.000	33.650	17.752	5.990.268
	Nº de mulheres que tiveram filhos nascidos vivos	806	388	27.528	231.288	189.756	115.383	58.248	29.443	12.726	7.536	673102
	% de mulheres com filho em relação ao total	9,23%	0,03%	1,41%	15,97%	38,49%	43,22%	40,04%	38,24%	37,82%	42,45%	11,24%
	Nº de filhos nascidos vivos	3.020	467	37.788	584.252	783.617	586.565	309.486	158.537	69.919	42.080	2.575.731
	Média de filhos por mulher	3,747	1,204	1,373	2,526	4,130	5,084	5,313	5,385	5,494	5,584	3,827
Casadas	Total de Mulheres	5.556	4.786	322.445	2.160.737	1.771.483	1.109.352	536.513	197.530	49.466	10.055	6.167.923
	Nº de mulheres que tiveram filhos nascidos vivos	3.885	976	167.525	1.820.256	1.629.491	1.025.335	491.939	180.375	45.073	8.915	5.373.770
	% de mulheres com filho em relação ao total	69,92%	20,39%	51,95%	84,24%	91,98%	92,43%	91,69%	91,32%	91,12%	88,66%	87,12%
	Nº de filhos nascidos vivos	20.467	1.260	234.468	5.343.582	9.039.136	7.626.037	3.900.578	1.467.699	367.007	70.212	28.070.446
	Média de filhos por mulher	5,268	1,291	1,400	2,936	5,547	7,438	7,929	8,137	8,143	7,876	5,224
Separadas, desquitada, divorciadas	Total de mulheres	100	20	1.096	9.854	12.291	10.021	5.392	1.994	495	131	41394
	Nº de mulheres que tiveram filhos nascidos vivos	78	7	596	7.864	10.340	8.681	4.766	1.702	414	111	34559
	% de mulheres com filho em relação ao total	78,00%	35,00%	54,38%	79,81%	84,13%	86,63%	88,39%	85,36%	83,64%	84,73%	83,49%
	Nº de filhos nascidos vivos	348	10	853	19.882	40.252	45.549	28.729	11.302	2.751	716	150392
	Média de filhos por mulher	4,462	1,429	1,431	2,528	3,893	5,247	6,028	6,640	6,645	6,450	4,352
Viúvas	Total de mulheres	2633	103	3120	59927	153567	262517	302652	273982	150616	75805	1284922
	Nº de mulheres que tiveram filhos nascidos vivos	2.199	45	2.043	51.289	139.417	242.512	278.839	251.386	137.590	68.456	1.173.776
	% de mulheres com filho em relação ao total	83,52%	43,69%	65,48%	85,59%	90,79%	92,38%	92,13%	91,75%	91,35%	90,31%	91,35%
	Nº de filhos nascidos vivos	13.086	88	3.839	149.745	663.461	1.492.522	1.897.262	1.823.775	1.023.659	517.623	7.585.060
	Média de filhos por mulher	5,951	1,956	1,879	2,920	4,759	6,154	6,804	7,255	7,440	7,561	6,462
Estado conjugal não declarado	Total de mulheres	579	1441	1704	5953	4864	3276	1721	978	431	278	21225
	Nº de mulheres que tiveram filhos nascidos vivos	39	5	382	3.789	3.739	2.558	1.239	638	290	167	12846
	% de mulheres com filho em relação ao total	6,74%	0,35%	22,42%	63,65%	76,87%	78,08%	71,99%	65,24%	67,29%	60,07%	60,52%
	Nº de filhos nascidos vivos	213	10	564	9.874	16.147	13.930	7.106	3.431	1.517	955	53747
	Média de filhos por mulher	5,462	2,000	1,476	2,606	4,319	5,446	5,735	5,378	5,231	5,719	4,184

Fonte: Censo Demográfico de 1940.¹⁷

trabalhadores desse ramo de produção, mas, ainda assim, em proporção muito menor que a quantidade de brasileiras que se dedicava às atividades domésticas não remuneradas e no domicílio. **Relatório do censo de 1940**, v. II, p. XXV, p. 38. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v2_br.pdf. Acesso em: 29 abr. 2022.

17 Relatório do censo de 1940, v. II, p. XXV, p. 38. Disponível em: (indicar o link). Acesso em: 29 abr. 2022.

Tabela 2 - Situação conjugal por sexo.

Idade/Estado conjugal		Solteiras/os	Casadas/os*	Separadas/os, desquitadas/os, divorciadas/os*	Viúvas/os*	Não declarado	Total	Total geral
Homens	De 0 - 9 anos	6.179.477	-	-	-	-	6.179.477	20.614.088
	De 10 - 19 anos	4.811.714	24.653	78	370	3.069	4.839.884	
	De 20 - 29 anos	2.084.743	1.374.215	2.971	20.448	2.776	3.485.153	
	De 30 - 39 anos	540.660	1.859.086	6.527	57.874	2.352	2.466.499	
	De 40 - 49 anos	248.025	1.436.397	7.211	96.186	1.763	1.789.582	
	De 50 - 59 anos	118.383	829.393	5.219	99.405	1.053	1.053.453	
	De 60 - 69 anos	52.815	383.684	2.644	84.955	557	524.655	
	De 70 - 79 ano	17.796	123.357	845	50.820	208	193.026	
	De 80 anos ou mais	7.741	33.126	237	26.469	117	67.690	
	Idade ignorada	9.125	4.422	57	570	495	14.669	
Mulheres	De 0 - 9 anos	6.018.989	-	-	-	-	6.018.989	20.622.227
	De 10 - 19 anos	4.597.404	327.231	1.116	3.223	3.145	4.932.119	
	De 20 - 29 anos	1.448.101	2.160.737	9.854	59.927	5.953	3.684.572	
	De 30 - 39 anos	492.978	1.771.483	12.291	153.567	4.864	2.435.183	
	De 40 - 49 anos	266.979	1.109.352	10.021	262.517	3.276	1.652.145	
	De 50 - 59 anos	145.176	536.513	5.392	302.652	1.721	991.454	
	De 60 - 69 anos	77.000	197.530	1.994	273.982	978	551.484	
	De 70 - 79 ano	33.650	49.466	495	150.616	431	234.658	
	De 80 anos ou mais	17.752	10.055	131	75.805	278	104.021	
	Idade ignorada	8.734	5.556	100	2.633	579	17.602	

*De 15 anos e mais: casados = 6.067.942 homens e 6.163.137 mulheres; separados, desquitados, divorciados = 25.782 homens e 41.374 mulheres; viúvos = 437.077 homens e 1.284.819 mulheres. (Infomação presente no censo). Fonte: Censo Demográfico de 1940.¹⁸

Segundo o censo, a vida dessas mulheres mães e principais responsáveis pelos cuidados com a casa e com a educação no país era marcada por tragédias. A primeira, a frequência da morte de um filho de menos de um ano de idade. Entre 1941 e 1950, a mortalidade infantil no Brasil era, em média, de 167,48,¹⁹ dado que refletia a falta de assistência médica às mães e crianças, bem como as péssimas condições sanitárias e de saúde pública no país. A segunda tragédia se refletia na dificuldade em acessar a escolarização, sobretudo em graus mais elevados. De um total de 17.438.078 mulheres que responderam ao questionamento do censo, 11.387.235 informaram que não sabiam ler nem escrever. Essa não era uma realidade feminina específica, já que o analfabetismo também era significativo entre os homens das camadas populares. Segundo os dados publicados, nos níveis elementares de educação, as diferenças entre homens e mulheres (mesmo reconhecendo-se as categorias raciais) não eram tão diversas, contexto que se alterava quando se tratava do acesso ao ensino superior.

18 Ibidem.

19 Isso significa que, de cada 1.000 filhos nascidos vivos, 167,48 bebês morriam antes de completar um ano de idade. A mortalidade infantil no Brasil passou a diminuir de modo expressivo apenas a partir da década de 1960. Para mais informações sobre a trajetória da mortalidade infantil no Brasil, ver: YUNES, João; RONCHEZEL, Vera Shirley Carvalho. Evolução da mortalidade geral, infantil e proporcional no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 8, supl. 0, jun. 1974.

Importante destacar que em relação à escolarização, nos anos 1940, os índices de mulheres que acessavam as instituições de ensino estavam aumentando,²⁰ mas ainda continuavam baixos em relação ao número absoluto de brasileiros. No caso do ensino superior, o número de homens que tiveram acesso à faculdade era 10 vezes maior que o de mulheres. Quando as divisões raciais são incluídas, os dados revelam uma distância em termos educacionais intransponível entre brancas e as que se declararam pretas, pardas, amarelas ou não quiseram declarar sua cor.

Tabela 3 - Pessoas de 10 anos e graus de ensino, por sexo e cor.

Grau de Estudo/Cor		Homens	Mulheres
Grau elementar	Branco	665.648	668.972
	Pretos	31.279	28.721
	Amarelos	7.931	6.169
	Pardos ou de cor não declarada	78.619	74.171
	Total	783.477	778.033
Grau médio	Branco	173.904	162.444
	Pretos	1.510	1.292
	Amarelos	1.636	803
	Pardos ou de cor não declarada	9.046	8.051
	Total	186.096	172.590
Grau superior	Branco	92.831	9.235
	Pretos	436	50
	Amarelos	447	21
	Pardos ou de cor não declarada	3.132	344
	Total	96.846	9.650
Grau não declarado	Branco	17.570	37.805
	Pretos	552	595
	Amarelos	230	125
	Pardos ou de cor não declarada	1729	2828
	Total	20.081	41.353

Fonte: Censo Demográfico de 1940.²¹

Tabela 4 - Pessoas de cinco anos e mais, por sexo, segundo a instrução.

População conforme o grau de instrução *	Homens	Mulheres	Total
Sabem ler e escrever	7.344.772	5.947.833	13.292.605
Não sabem ler nem escrever	9.908.255	11.387.235	21.295.490
Instrução não declarada	105.560	103.010	208.570
Total	17.358.587	17.438.078	34.796.665

Fonte: Censo Demográfico de 1940.²²

20 Para mais informações sobre os índices de escolaridade femininos nos anos 1930-1940, ver: FRACCARO, Glaucia. A classe operária tem dois sexos. In: FRACCARO, Glaucia. **Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: FGV, 2018. p. 21-35.

21 Ibidem.

22 Ibidem.

Outro dado importante se refere à adesão feminina aos sindicatos mapeada pelo censo.²³ A maioria das mulheres, em 1940, se mantinha distante dessas organizações. Dos 651.875 indivíduos que declararam atuar em entidades de classe, 100.283 eram mulheres. Tais números parecem sugerir a domesticidade da vida da maior parte das brasileiras, as quais se mantinham longe dos espaços de socialização e politização que a experiência do trabalho assalariado poderia viabilizar.²⁴

Diante do cenário social que estava colocado em 1940, as comunistas, ao pretender organizar as mulheres, deparavam-se com o desafio de elaborar um método de atuação que fosse atrativo para mães, donas de casa, mulheres comuns que possuíam pouca escolaridade. Para construir um trabalho de massas feminino, as comunistas não poderiam negar quem era a brasileira média e precisariam transformar suas agruras cotidianas em potencial de ação. E as agruras dessas mulheres não eram poucas, sobretudo diante do contexto econômico e social criado no país em função da mobilização para a guerra.

De fato, apesar da aprovação de muitos à decisão do governo de promover o enfrentamento ao fascismo, especialmente os comunistas, a decretação do estado de guerra em 31 de agosto de 1942 marcou o início de um processo de deterioração das condições de vida das camadas populares no Brasil. O novo contexto de exceção viabilizou, por exemplo, a suspensão de vários dispositivos da legislação trabalhista e da Constituição Federal, em especial, de direitos civis e sociais.²⁵ Ao mesmo tempo, o governo procurou neutralizar a atuação dos sindicatos objetivando refrear as contestações aos retrocessos trabalhistas que impunha e ao agravamento das condições de vida da população. O país experimentou, por exemplo, um aumento do custo de vida de 88% entre 1939 e 1944, o que foi acompanhado de uma contínua e geral deterioração dos salários dos trabalhadores urbanos.

Essas difíceis condições de vida da população brasileira no contexto da guerra não foram rapidamente solucionadas com o fim do conflito e com o restabelecimento do regime democrático no país. O cotidiano das camadas populares continuou marcado pela miséria. Diante desse quadro, a retomada do trabalho político feminino das comunistas nos anos 1940 não poderia prescindir da luta pela ampliação do acesso à moradia, ao transporte, ao trabalho, ao saneamento básico, ao acesso à escola, à saúde, ao lazer, à possibilidade de comprar alimentos etc. A experiência mais imediata da maioria das mulheres era a miséria e o abandono estatal, realidades que as impediam, inclusive, de se reconhecerem enquanto

23 O censo de 1940 apresentou dados específicos sobre o número de brasileiros maiores de 10 anos de idade, por sexo, que eram sindicalizados. As planilhas dividem os trabalhadores por ramos de atividade. Tais informações deixaram de ser coletadas a partir do censo de 1950.

24 Afirmar que as mulheres estavam majoritariamente fora dos sindicatos não significa dizer que aquelas que adentraram as entidades de classe tiveram uma atuação pouco expressiva. Como destacam Fraccaro e Pereira Neto, entre 1910 e 1960, a participação de mulheres foi essencial para movimentos grevistas significativos, como a greve geral de 1917 e a Greve dos 300 mil. Lideranças femininas, ainda, foram fundamentais para o trabalho de sensibilização dos sindicatos para a realidade das mulheres. Para mais informações, ver: FRACCARO, op. cit., 2018; PEREIRA NETO, Murilo Leal. Eleitoras: participação política e comportamento eleitoral feminino nos anos 1950 em São Paulo. **Mundos do Trabalho**, v. 13, p 1-24, 2021.

25 DUARTE, op. cit., 2002, p. 9-21.

sujeitos de direitos. De fato, a partir de 1945 a construção da democracia para os comunistas passou a ser um processo de luta pela ampliação do acesso à cidade e esse processo não poderia prescindir das mulheres:

A MULHER E O ESTUDO DOS PROBLEMAS LOCAIS – Um bom militante ou uma boa direção partidária do bairro ou de empresa não pode, de forma alguma, desprezar a colaboração da mulher que mais de perto sabe o que significa a crise e sente na carne o peso da carestia de vida (...). Um bom militante tem que começar, no conhecimento dos problemas de sua rua ou de seu bairro, conversando com a sua companheira a respeito dos preços da feira e do armazém, pedindo sua opinião sobre o que mais necessita a rua ou o bairro (...) O bom militante deve interessar a sua companheira, sua mãe, suas irmãs, sua família, na discussão diária dos problemas, estimulá-las a dar a sua contribuição para solucioná-los. (...) Os militantes de um Partido não podem viver afastados dos problemas de suas casas que geralmente deixam entregues às mulheres, porque estes são os problemas do povo. Um partido democrático, um partido do proletariado, como, por exemplo, o Partido Comunista, não é uma sociedade fechada em que os militantes discutem somente a “alta política” e os problemas gerais do país. (...) Cabe aos militantes fazer com que as suas companheiras, suas irmãs, suas mães tenham voz na discussão do programa a ser apresentado a favor da rua ou do bairro. A mulher, como ninguém, sabe o que é preciso para livrar o seu lar da miséria e da fome, vamos tudo fazer para que ela contribua no programa em defesa do qual serão apresentados candidatos nas próximas eleições. Não será possível fazer democracia sem a participação da mulher.²⁶

Por meio das UFs, as comunistas pretendiam ouvir as brasileiras dos subúrbios, ensiná-las a se organizar, a exigir sua inclusão, seu reconhecimento social e político no novo regime que se instituiu. Essas mulheres seriam, desse modo, alçadas à condição de colaboradoras das chapas eleitorais organizadas pelo PCB em todo o país, para garantir que suas demandas fossem contempladas nos mandatos dos candidatos eleitos.

Apesar das diversas evidências do surgimento de UFs em todos os estados da federação, a seguir vou me ater à experiência das entidades criadas no Rio de Janeiro.

Entidades criadas no Rio de Janeiro

No RIO DE JANEIRO, a primeira entidade de mulheres fundada com participação das comunistas foi a União Feminina da Tijuca e Vila Isabel cuja presidência coube a Nuta Bartlet James, uma das fundadoras da UDN no Rio de Janeiro. Apesar de sua filiação política conservadora, Nuta Bartlet tinha trajetória política marcada pela aliança com comunistas e pelo envolvimento em lutas pelos direitos das mulheres. Além do contato com Prestes, a udenista atuava ao lado de Arcelina Mochel e outras comunistas na diretoria da União e integraria, posteriormente, a equipe do jornal *O Momento Feminino: um jornal para o seu lar*, periódico criado em 1947 pelo PCB. Na UF, inclusive, Nuta Bartlet seguiu as orientações do Partido Comunista e conduziu a mobilização em prol das demandas populares a partir de uma postura pacífica. Segundo duas

26 **Tribuna Popular**, Rio de Janeiro, p. 3, 25 out. 1946.

integrantes da entidade, a “luta que propomos visa, como é fácil compreender, o barateamento dos gêneros alimentícios. Para alcançarmos essa finalidade empenharemos, em cooperação com o governo e com as autoridades do país, todas as nossas energias”.²⁷

Em seu registro, realizado apenas em 22 de maio de 1947, a UF da Tijuca e Vila Isabel já deixava evidente o seu objetivo principal. Na ficha denominada “Proposta de Sócio”, o nome da entidade era seguido pelo subtítulo grafado entre parênteses “(contra a carestia)”. Donas de casa, empregadas domésticas, estudantes e trabalhadoras de fábricas e do comércio,²⁸ residentes naquela área da região norte da cidade do Rio de Janeiro, foram atraídas pela intensa campanha da união contra o câmbio negro e contra os atravessadores, apontados pela entidade como causa e consequência da carestia. Na Tijuca, as mulheres conduziram uma campanha pela melhoria do abastecimento alimentício da região, estruturada em torno da tentativa de se aumentar o número de caminhões que vendiam verduras e de viabilizar o comércio direto entre o produtor agrícola e o consumidor final. A UF não apenas pressionou os governos municipal, representado pelo prefeito e pelo secretário de Agricultura, e federal, na figura do ministro da Agricultura, como elaborou um plano de distribuição dos caminhões a fim de garantir o acesso aos produtos para toda a população do bairro. Dessa forma, ao mesmo tempo que exigia com veemência a atuação do Estado para a solução do problema, a UF dizia colaborar com os governantes. Em carta dirigida ao ministro da Agricultura, as dirigentes da entidade afirmaram:

Reconhecendo as dificuldades existentes para a execução do plano por nós sugerido em cumprimento ao Decreto nº 9.905 e fiel aos objetivos de colaboração, prontifica-se a União Feminina da Tijuca a tornar-se o elemento de ligação entre os lavradores que queiram vender diretamente os seus produtos e o Ministério da Agricultura para o efeito de ser concedida aos mesmos a devida licença.²⁹

Ao fazer o contato diretamente com os produtores, a UF esperava conseguir frutas, verduras e leite com preços mais acessíveis para a população da zona norte. Esperava reduzir a importância comercial dos intermediários e pretendia apresentar aos governantes uma solução traçada de modo tão acertado e racional que não poderia ser ignorada. As mulheres da UF mapearam o bairro e encaminharam à prefeitura a orientação de que eram necessários pelos menos seis caminhões, os quais poderiam ser abastecidos junto aos produtores identificados pela entidade para, em seguida, percorrerem rotas traçadas pelas mulheres com o objetivo de atender a toda a região abarcada pela UF. Com essa ação, as lideranças femininas demonstravam que conheciam a região em que atuavam, que identificavam as dificuldades da população e que possuíam competência administrativa a ponto de se arvorarem à condição de gestoras públicas dispostas a reverterem a incompetência demonstrada pelo governo.

27 APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Notação 00432, União Feminina da Tijuca e Vila Isabel.

28 As principais profissões declaradas nas propostas de sócio da União Feminina da Tijuca e Vila Isabel encontradas nesta pesquisa eram donas de casa e domésticas. APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Notação 00432, União Feminina da Tijuca e Vila Isabel.

29 Ibidem.

A visibilidade alcançada por essas ações da UF da Tijuca e Vila Isabel contribuiu para o surgimento de outras Uniões Femininas. Muitas delas iniciaram suas atividades com poucas integrantes, em muitos casos, de uma a três militantes comunistas, que, progressivamente, ao se aproximarem das mulheres da região, compartilhando com elas as atividades do cotidiano e convencendo-as a partilharem suas angústias, conseguiam a adesão de um número maior de sócias. A UF Favela, por exemplo, depois de uma semana de sua fundação, já contava com 100 sócias.³⁰ A UF de Pedro Ernesto e Ramos, criada entre setembro e novembro de 1946, alcançou 150 sócias em 14 de dezembro daquele ano. Segundo o jornal *Tribuna Popular*, aquela entidade, somada a outra criada na região da Gávea, destacava-se na capacidade de arregimentação de associadas, uma vez que menos de um ano depois de seu surgimento já havia alcançado 1.275³¹ integrantes. Ademais, segundo relatórios da polícia política, ainda que muitas das reuniões promovidas pelas UFs contassem corriqueiramente com número menos expressivo de participantes, seus eventos adquiriam proporções significativas: as entidades femininas chegavam a mobilizar pelo menos 3.000 pessoas em regiões periféricas.³²

Em comum, todas as entidades femininas pareciam compartilhar a certeza de que “a mulher brasileira – sobretudo a mulher das classes trabalhadoras – é sem dúvida alguma a grande oprimida social, e isso por força de nossa organização social, de nossos costumes tão atrasados de modo geral”.³³ Com esse pressuposto, as UFs se organizaram para, em primeiro lugar, aliviar as pressões sobre as mulheres das regiões onde se fixavam, pressões que se relacionavam às dificuldades de sustentar e prover as famílias, de garantir os cuidados com os filhos, de circular pela cidade e de viver de forma digna. Ao mesmo tempo, as dirigentes comunistas das entidades procuravam fazer da luta pela superação dessas pressões oportunidades para promoverem a politização das sócias, debatendo a realidade do bairro no contexto mais amplo da dinâmica de toda a cidade, do estado, do país e do mundo. Combater o problema da falta de banha e leite nas prateleiras, propunham as comunistas, poderia favorecer o esclarecimento das massas femininas sobre as dinâmicas da economia capitalista.

Em segundo lugar, as UFs atuaram para garantir o acesso à cultura e à educação às mulheres, o que, acreditavam as lideranças femininas, lhes permitiria romper com os costumes e as tradições que as confinavam a um papel social secundário e a uma vida doméstica. Nesse sentido, todas as UFs se propunham a fundar cursos profissionalizantes – que evidenciavam que às mulheres também era possível construir uma carreira, uma profissão que lhes garantisse independência financeira –, cursos de alfabetização e aprofundamento escolar para as associadas e suas filhas, além da criação de bibliotecas. Nem todas as entidades conseguiram levar adiante essas propostas, mas a maioria delas ofereceu ao menos um tipo de curso e investiu em alguma forma de promoção cultural – sessões de cinema, apresentações de

30 Ibidem.

31 Este era o número de sócias existente em junho de 1947. APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Notação 00426, União Feminina de Pedro Ernesto e Ramos.

32 APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Notação 78, movimento feminino.

33 Idem, Notação 00412, União Feminina de Botafogo.

teatro, festas literárias. A UF de Pedro Ernesto, por exemplo, oferecia aulas de corte e costura e de alfabetização, as quais eram organizadas com a colaboração das próprias associadas – que declaravam nas fichas de filiação quais “prendas ou outros conhecimentos profissionais” possuíam – ou da contratação de funcionários pagos com as mensalidades arrecadadas.

De fato, a preocupação das UFs em oferecer cursos para suas associadas, tanto profissionalizantes quanto de escolarização no sentido mais formal, refletia a certeza daquelas entidades de que era preciso romper com a restrição à vida doméstica e com a dependência econômica feminina. Apesar de definirem suas sócias como “donas de casa”, como as responsáveis pelo bem-estar familiar, as UFs pretendiam abrir-lhes outras oportunidades, apresentar-lhes novos papéis sociais. A UF de Botafogo, por exemplo, defendia que era preciso “fazer tudo para dar também oportunidade aos onze milhões de mulheres de mais de dez anos cujas atividades se cifram ao próprio lar”.³⁴ Atentas aos dados publicados do censo de 1940, as dirigentes daquela união reafirmavam que a maioria das mulheres do Brasil ainda permanecia presa às tarefas da esfera doméstica, mantendo-se alienada em serviços “embrutecedores”. Para as integrantes da UF, as condições de vida femininas eram muito piores em comparação aos homens e atingiam seu paroxismo no meio rural, já que “no campo a mulher ainda persiste num estado de servidão quase absoluta. É verdadeira escrava do pai e dos irmãos primeiro e do marido depois. Raramente lhe proporcionam meios de instruir-se”.³⁵ Certas de que as condições de vida das mulheres das cidades, apesar de melhores, ainda eram muito marcadas pela submissão aos homens, as associadas da UF defendiam que apenas a emancipação econômica das mulheres seria capaz de lhes proporcionar uma vida mais digna e uma inserção mais igualitária nas instituições políticas e sociais do país:

A situação de inferioridade da mulher brasileira diante da lei decorre, bem sabemos, da situação de dependência econômica em que ela persiste em relação aos homens. Consideramos axiomático que os direitos da mulher numa coletividade são tão menores quanto mais dependente economicamente ela é do homem. Daí a importância de que se reveste a luta das mulheres por uma participação mais ativa nos domínios da produção.³⁶

Nesse sentido, para as lideranças das UFs, a luta pela inclusão cultural e econômica das mulheres era a luta por sua cidadania.

Em relação às demandas mais cotidianas das sócias das UFs, as lideranças femininas criaram várias propostas de ação. A UF de Pedro Ernesto procurou garantir a distribuição de banha para suas associadas, produto que constantemente desaparecia das prateleiras dos mercados cariocas e angustiava as responsáveis pela preparação dos alimentos nos lares. A estratégia encontrada pela diretoria da UF era reivindicar o produto à prefeitura, que confiscava a banha que era encontrada entre os comerciantes que insistiam em vendê-la fora do preço tabelado. Para garantir a abastecimento do produto junto à prefeitura e para

34 Ibidem.

35 Ibidem.

36 Ibidem.

combater o mercado negro, a UF promoveu a conscientização das sócias e lhes informou sobre a importância de denunciar os comerciantes que empregavam métodos ilegais de venda de produtos. Dessa forma, a distribuição da banha era acompanhada de debates sobre a economia nacional, sobre as dinâmicas da taxa de inflação e sobre como essa taxa impactava a vida doméstica, a esfera mais íntima da vida dos cidadãos.

Seguindo a mesma estratégia da UF de Pedro Ernesto, a UF de Flamengo, Catete e Glória conseguiu organizar a distribuição de tecidos populares a suas associadas, demanda de muitas mulheres que não podiam comprar vestimentas para si e para os filhos.³⁷ Já a UF de Riachuelo,³⁸ além da distribuição de banha, criou a estratégia de se aproximar dos produtores para comprar os alimentos e gêneros de primeira necessidade e conseguir revendê-los com preço mais baixo às associadas. Era o princípio de cooperativa de consumo que permitiria às mulheres compreenderem a força da atuação feminina conjunta e as interligações entre a realidade do campo e da cidade. Outras UFs criaram cooperativas de consumo de fato e procuraram pressionar o governo municipal para instituir feiras em suas áreas de atuação.

Muitas UFs se envolveram, ainda, na tentativa de solucionar a crise do abastecimento de leite. Em função da dificuldade da população dos subúrbios cariocas de ter acesso ao produto, a UF de Bangu³⁹ se mobilizou para reivindicar à prefeitura uma vaca leiteira. Através de cálculos elaborados pela diretoria da entidade feminina sobre a capacidade de produção de um animal e da demanda de litros de leite da população abarcada pela UF, a entidade procurou convencer a prefeitura de que um caso que consideravam tão grave como a falta de leite para as crianças da região poderia ser facilmente solucionado.

As entidades femininas dos bairros também procuraram garantir o acesso à saúde às mulheres que assistiam e representavam. A UF Estrada do Magarça,⁴⁰ por exemplo, mobilizou-se para conseguir remédios para abastecer o posto médico que foi criado junto a sua sede. Todas as quartas-feiras, das 8h às 10h, o médico Horácio Maciel atendia as associadas da UF, que tinham acesso, ainda, a uma ampla gama de medicamentos. Tratava-se de amostras grátis conseguidas junto a laboratórios.⁴¹ Ainda em relação às consultas médicas, a comunista Eline Mochel circulava por várias UFs prestando atendimento às associadas, em especial às crianças que não conseguiam ser acompanhadas em seu desenvolvimento. E as associadas casadas com médicos procuravam conseguir com seus maridos horários para atendimentos nas UFs a que pertenciam.⁴² Dessa forma, as entidades de bairro femininas assumiam muitas responsabilidades estatais e, assim, implantavam melhorias no cotidiano feminino. A estratégia

37 Ibidem. Nesta pasta do arquivo, é possível encontrar informações sobre a UF do Flamengo Catete e Glória.

38 Idem, Notação 00429, União Feminina de Riachuelo.

39 APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Notação 00410, União Feminina de Bangu.

40 Idem, Notação 00417, União Feminina da Estrada da Margaça.

41 A UF de Madureira instituiu um posto médico e organizava campanhas para arrecadar medicamentos. Cf. APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Notação 00419, União Feminina de Madureira.

42 Idem, Notação 78, movimento feminino. Informações obtidas através de um relatório produzido por Raquel, uma mulher infiltrada pelas forças de repressão no movimento feminino comunista conduzido junto às UFs.

das lideranças comunistas era garantir que, ao participarem dos debates sobre os problemas do dia a dia, as mulheres passassem a se sentir capazes de transformar suas realidades. Se os governos não chegavam até as mulheres do subúrbio, elas, lideradas pelas comunistas e assumindo seu direito à cidade e a uma vida digna, iriam escancarar a realidade feminina perante os administradores públicos.

Importante destacar que o número de militantes comunistas que atuavam nas UFs de toda a cidade do Rio de Janeiro era limitado. Apesar de as filiações de mulheres ao PCB terem aumentado significativamente a partir de 1945, seguiam sendo bem menores que as masculinas. Por isso, as comunistas se revezavam pelas entidades femininas dos bairros e entre as células comunistas. No trabalho de aproximação do PCB em relação às UFs se destacou Antonieta Campos da Paz:

Quando foram criadas as organizações de base femininas, fiquei dando assistência a várias delas – da Barra da Tijuca até Bangu. Era um corre-corre danado! Às vezes era obrigada a tomar três conduções para atingir as referidas bases. Deixei amigas por toda a parte. Isso porque combatia o sectarismo e compreendia os problemas das mulheres, que nem sempre podiam cumprir todas as tarefas programadas. Havia os maridos, os filhos e mil outros empecilhos. Numa sociedade machista como a nossa, não se podia exigir demais das companheiras, sob pena de ver muitos casamentos desfeitos. Tínhamos reuniões semanais com os bairros e muita coisa positiva foi feita na luta contra a carestia, por melhoramentos nos bairros e na luta pela Paz.⁴³

Em relação às crianças, além de enviarem abaixo-assinados às lideranças políticas municipais, estaduais e federais reivindicando a criação de creches nos bairros e locais de trabalho das mulheres, bem como de escolas infantis, as militantes das UFs organizavam festas e momentos de lazer. A UF de Pedro Ernesto, por exemplo, promoveu uma sessão de cinema para as crianças da região, e a União Feminina de Botafogo⁴⁴ organizou uma matinê dançante na qual uma rainha infantil foi eleita. A escolhida foi uma menina negra de 12 anos que recebeu como presente um porta-joias.

Para arrecadar verbas para a realização de todas essas ações e, concomitantemente, para promover a divulgação de seus trabalhos e da localização de suas sedes, as UFs promoviam eventos. Eram matinês, bailes e festas em geral que recebiam não apenas as mulheres da região abarcada pela UF organizadora, mas também as famílias de associadas de outras Uniões da cidade. O convite se estendia aos moradores de todos os bairros e aos integrantes dos comitês democráticos, o que tornava esses eventos momentos de grandes confraternizações políticas populares. Foi justamente dessa forma que a UF de Pedro Ernesto e Ramos conseguiu viabilizar a construção de um jardim de infância que chegou a atender 25 crianças de idades diversas.⁴⁵ Creches e maternidades eram demandas recorrentes das

43 PAZ, op. cit.

44 APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Notação 00412, União Feminina de Botafogo.

45 Idem, Notação 00426, União Feminina de Pedro Ernesto e Ramos, 24 abr. 1947.

mulheres que se juntavam às UFs e, via de regra, eram compromissos assumidos pelas entidades já em seus estatutos.

Toda a pauta cotidiana concreta das Uniões Femininas era delimitada em seus estatutos. Segundo o documento da UF de Pedro Ernesto e Ramos, por exemplo, o principal objetivo da entidade era

- prestar às associadas os serviços e benefícios especificados (...)
- 1º combater a carestia da vida facilitando todos os meios junto às autoridades competentes;
- 2º adquirir para as associadas os gêneros de 1ª necessidade que se encontrem tabelados no Distrito Federal;
- 3º criar as comissões de sindicância nos bairros visitando as casas comerciais, levando reclamações às autoridades onde é vista a exploração e o câmbio negro;
- 4º Levantar as reivindicações mais sentidas no bairro, como sejam: a falta de luz, d'água e a falta de saneamento e tudo quanto venha a prejudicar a vida doméstica, estendendo-se aos morros circunvizinhos;
- 5º Levar à municipalidade as queixas das mais urgentes necessidades;
- 6º conseguir mercadinhos, feiras livres, caminhão de verduras e frutas e tudo que possa baratear a vida do nosso bairro (até uma cooperativa).⁴⁶

Em seu artigo 5º, o estatuto definia que só seriam matriculadas como sócias moças e senhoras, ou seja, tratava-se de uma entidade eminentemente feminina; e no artigo 13 especificava que os projetos implantados pelo Departamento Social, órgão de caráter beneficente, seriam acessíveis às sócias e suas filhas, quais sejam, a construção de

Escola Diurna e Noturna, a primeira para a infância e a segunda para adultos. Trabalhos Manuais, Corte e Costura, Posto Médico e Dentário, Maternidade e Creches, conferências para a reeducação da mulher, da criança etc. A primeira parte será de caráter provisório, enquanto perdurar a situação de crise econômica e financeira; a segunda será definitiva e permanente.⁴⁷

As UFs ainda se diziam apertadas e orientadas exclusivamente pelas demandas femininas. Mulheres de todos os partidos políticos, de todas as religiões e de todas as cores eram recebidas nas entidades. Como destaca o estatuto da UF de Botafogo:

Capítulo II

Das sócias

Art. 2. Poderá ser sócia qualquer pessoa do sexo feminino, independentemente de cor, nacionalidade, credo político ou religioso.

Art 3. Para ser sócia nesta basta assinar uma proposta da sociedade e pagar uma mensalidade mínima de CR\$ 1,00 sendo o máximo a critério de cada sócia.⁴⁸

Progressivamente, mulheres trabalhadoras do Rio de Janeiro passaram a reconhecer as Uniões Femininas como entidades aliadas, como organizações que poderiam receber suas demandas. A UF do Morro da Formiga, por exemplo, foi procurada por uma empregada

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Idem, Notação 00412, União Feminina de Botafogo.

doméstica que havia trabalhado por meses em uma casa, mas não havia recebido seus ordenados.⁴⁹ Já a UF de Botafogo recebeu um pedido feito por “Dona Maria Ercília Marques”. Em papel marcado por um carimbo do PCB, foi registrada a demanda por uma vaga em um colégio interno para seu filho de oito anos, “visto o pequeno salário que ganha não dar para sustentá-lo e educá-lo”.⁵⁰ D. Maria era uma viúva e seu pedido feito a alguma liderança do partido foi encaminhado à UF de Botafogo por ser aquele o seu bairro de moradia. Segundo a liderança comunista que recebeu a solicitação: “sendo-me muito difícil conseguir o solicitado por serem muitos os pedidos nesse sentido, lembrei-me então de dirigir-me a uma das Uniões Femininas, estas organizações de senhoras que vêm trabalhando com tanta energia e coragem para resolver os problemas que mais afligem o povo do Distrito Federal”.⁵¹

As UFs foram, ainda, aliadas das populações dos subúrbios no momento da epidemia de tifo que assolou a cidade do Rio de Janeiro em 1946-1947. Sem rede de esgoto e água encanada, as populações dos bairros pobres foram tragicamente atingidas pela doença, o que aumentou a audiência ao apelo das comunistas para que mulheres integrassem as Uniões Femininas para, a partir delas, cobrar providências das autoridades. As Uniões mobilizaram a imprensa popular e aumentaram a pressão sobre o governo, tanto através de passeatas e comícios quanto da ocupação dos prédios públicos, em especial, a Câmara de Vereadores.⁵² Ainda que atreladas à orientação pecebista de promover suas ações dentro da ordem e da tranquilidade, as Uniões promoveram, pois, uma intensa agitação das massas femininas suburbanas.

As UFs se apresentavam como entidades apartidárias, mas, como já demonstrado, não eram apolíticas. Inclusive, as dirigentes das entidades possuíam preocupação em realizar a aproximação de suas sócias da política formal, seja porque era preciso recorrer aos políticos para obter apoio para a consolidação das reivindicações das entidades, seja porque as comunistas se preocupavam em envolver as sócias nas campanhas eleitorais. Em setembro de 1946, a UF de Pedro Ernesto convidou a candidata a vereadora comunista Arcelina Mochel para visitar o Morro do Alemão, comunidade abarcada pelas atividades da entidade e onde havia ocorrido desabamentos de terra em virtude de temporais.⁵³ Além de destruir os barracos de muitos moradores, o desabamento provocou mortes. A candidata a vereadora, “acompanhada de várias donas de casa daquela União Feminina, teve oportunidade de palestrar longamente com os moradores do Morro do Alemão, particularmente sobre as reivindicações locais mais urgentes”.⁵⁴ A visita trazia esperança para todos: de um lado, a candidata se comprometia a

49 Idem, Notação 00424, União Feminina do Morro da Formiga.

50 Idem, Notação 00412, União Feminina de Botafogo.

51 Ibidem.

52 Em várias edições do jornal *O Momento Feminino: um jornal para o seu lar*, na seção “Atividades femininas”, foram relatadas as atividades das UFs e a ocupação do prédios públicos e das galerias da Câmara dos Vereadores. Para acessar as edições do jornal: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=118800&pesq=&pagfis=93>. Acesso em: 05/03/2021.

53 APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Notação 00426, União Feminina de Pedro Ernesto e Ramos.

54 Ibidem.

lutar pelos direitos dos atingidos e daqueles que ainda eram obrigados a habitar regiões de risco, de outro, os moradores se tornavam possíveis eleitores da comunista.

Em novembro do mesmo ano (1946), a UF promoveu na praça Belmonte, em Pedro Ernesto, o que o jornal *Tribuna Popular* classificou como “grande comício de mulheres”. Para participar do ato foram convidadas não apenas as mulheres e demais moradores da região; também as demais Uniões Femininas cariocas, a União Nacional dos Estudantes e diversos parlamentares de vários partidos – PSD, PRP, UDN –, entre eles, Carlos Marighella, do PCB, o último a discursar no evento. Sob “aplausos calorosos da multidão”, narrou o jornal *Tribuna Popular*, o líder comunista em

poucas palavras demonstrou que a mulher se vem organizando porque é a que mais vem sofrendo com o aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. “Se o governo não ficasse indiferente aos problemas e reivindicações do povo, essas coisas não aconteceriam. (...) É necessário que em 19 de janeiro elejamos livremente mulheres e homens conhecedores da situação do povo carioca, principalmente das dificuldades que as donas de casa têm que enfrentar. Infelizmente ainda não podemos eleger um prefeito, mas podemos aproveitar a oportunidade e eleger um Conselho Municipal que legisle sobre a criação de mercadinhos, escolas, hospitais, tudo quanto possa ocorrer para minorar a situação aflitiva em que vive a população do Rio.⁵⁵

Aquela não foi a primeira vez que Marighella saiu em defesa das mulheres dos bairros do subúrbio. Em maio de 1946, na cidade de Salvador, o deputado comunista proferiu uma palestra em que afirmou que o caminho para a “‘verdadeira libertação do sexo feminino’ era a formação de organizações junto ao povo nos bairros periféricos e marginalizados”.⁵⁶ Retomando as teses de Engels expressas em *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, Marighella procurou convencer sua audiência de que a submissão feminina não era algo natural, mas resultado de um processo histórico que se iniciou com o surgimento da propriedade privada e com o afastamento da mulher da esfera produtiva. O comunista destacou que a situação da vida da mulher sob o capitalismo era análoga à escravidão e se perpetuaria porque ela continuava dependente economicamente do homem. Além dos aspectos econômicos, destacou os fatores culturais que promoveriam a subjugação feminina, realidade tão dura e arraigada que, segundo o deputado, não teria sido plenamente superada nem mesmo na Rússia pós-1917. Reconhecendo a gravidade e complexidade do fenômeno da desigualdade “entre os sexos”, o comunista destacou que, mesmo com a revolução, homens da URSS continuavam oprimindo mulheres porque mantinham uma mentalidade atrasada e, no limite, capitalista. Com sua palestra, o deputado comunista demarcou que era preciso se manter vigilante em relação à opressão da mulher, mesmo nas fileiras progressistas, e procurou convencer as mulheres da importância de se organizarem

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ MARIGHELLA, Carlos. As mulheres devem organizar-se para sair da escravidão. **O Momento**, Salvador, 5 maio 1946 apud ALVES, op. cit., p. 68.

em associações femininas de bairro. Sobretudo, procurou convencê-las da especificidade da opressão que vivenciavam e da certeza de que seria possível construir sua emancipação. Como um dos principais nomes do PCB das décadas de 1940 e 1950, Marighella foi um importante defensor do trabalho político feminino e um entusiasta do movimento de mulheres, tendo se dedicado a promover palestras para as massas femininas pobres em várias ocasiões e lugares.⁵⁷

Como já mencionado, além de receber políticos e candidatos a cargos públicos em suas sedes, as Uniões Femininas tiveram uma atuação estratégica nas campanhas eleitorais de 1946-1947, destacando-se na defesa das candidaturas femininas, entre elas, as de comunistas. De fato, assim como os comitês democráticos, as UFs foram utilizadas pelo PCB como espaços de mobilização pelos candidatos comunistas, o que garantiu o sucesso eleitoral do partido em 1947. Nas UFs, o partido procurava promover, sobretudo, as candidaturas femininas. Entretanto, ao mesmo tempo que encorpava o desempenho eleitoral do partido, as entidades de bairro motivavam as mulheres a conquistarem sua autonomia e a se apropriarem de seus direitos políticos. Segundo a militante comunista Antonieta Campos da Paz:

No momento, uma de nossas tarefas mais importantes é a arregimentação de eleitores, sobretudo de eleitoras, compreendendo aí todas as campanhas necessárias para este fim. Os homens e mulheres que trabalham são obrigados a votar. Mas há uma legião de mulheres “donas de casa” – em cuja categoria eu me incluo – que, não exercendo uma profissão lucrativa, não são obrigadas a votar. Já tenho ouvido de inúmeras mulheres que “não vão se dar a esse trabalho e amolação”. Mas, nós não podemos prescindir dos nossos direitos políticos. A mulher não pode continuar à margem da vida do país.⁵⁸

Dessa forma, com a criação das UFs as mulheres passaram a se apresentar como capital político relevante nas eleições e foram fundamentais para ampliar, mesmo que timidamente, a presença feminina nos cargos políticos em todo o país.⁵⁹ Por meio das UFs, o PCB não apenas procurou promover a expansão do número de eleitoras no país, como investiu em candidaturas de mulheres. Nas eleições para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, por exemplo, de 50 candidatos do PCB, cinco eram mulheres: Arcelina Mochel (advogada), Odila Michel Schmidt (empregada da Light), Lia Côrrea Dutra (professora), Heloisa Prestes (costureira e doméstica), Esther dos Santos Roque (operária tecelã). Arcelina Mochel, inclusive, integrava a lista de candidatos preferenciais do PCB,⁶⁰ ao lado de nomes como Astrogildo Pereira, Agildo Barata e Pedro Mota Lima. Foram vitoriosos 18 comunistas

57 Para mais informações, ver: SIZILIO, Ricardo José. **Vai Carlos, ser Marighella na vida**: outro olhar sobre os caminhos de Carlos Marighella na Bahia (1911-1945). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017; ALVES, op. cit.

58 PAZ, op. cit., p. 85.

59 Importante destacar a pesquisa apresentada por Pereira Neto que aponta para o impacto das ações contra a carestia e por melhores condições de vida – pauta das Uniões Femininas, mas também de outras organizações de mulheres ligadas aos sindicatos e entidades de bairro em todo país – no comportamento eleitoral feminino em São Paulo. Para mais informações, ver: PEREIRA NETO, op. cit.

60 Para a lista completa de vereadores e pequenas biografias, ver: APERJ, Fundo DPS, Série Dossiês, Notação 62, Bancada Comunista.

naquele pleito, que conquistaram a maioria das vagas daquela Câmara, entre eles, duas mulheres: Arcelina Mochel (1918-1974) e Odila Schmidt.

Na Câmara, Arcelina Mochel, advogada, foi eleita a líder da bancada comunista e presidiu o Comitê de Administração e Assistência Social. Sua campanha se concentrou nos Centros Democráticos Norte e Carioca e nas Uniões Femininas. Já a campanha de Odila Schmidt, funcionária da Light, foi conduzida entre os operários da empresa de energia, em especial junto ao departamento feminino do sindicato, bem como contou com o apoio das Uniões Femininas e do Comitê Democrático de Jacarepaguá.⁶¹ Em seus mandatos, Arcelina Mochel e Odila Schmidt apoiavam as lutas promovidas pelas Uniões Femininas. Quando as mulheres dessas entidades ocupavam as galerias da Câmara Municipal em protesto contra a carestia ou na tentativa de terem suas reivindicações atendidas, Arcelina Mochel e Odila Schmidt se uniam a elas e abriam espaço na tribuna para a apresentação das demandas femininas ou a publicização de suas ações políticas. Mais do que isso, desde que assumiram seus cargos, as vereadoras comunistas passaram a ser o canal direto das Uniões Femininas com a Câmara de Vereadores,⁶² bem como procuravam fazer palestras nas entidades de bairro com o objetivo não apenas de prestar contas de suas ações, mas de explicar o funcionamento do Poder Legislativo municipal às mulheres.

Apesar de intenso, os mandatos das comunistas tiveram vida curta. Em função do avanço da polarização política característica da Guerra Fria e do recrudescimento do anticomunismo no Brasil, o registro do PCB foi cassado em maio de 1947. A partir de então, seguiu-se uma onda repressiva e a exclusão dos militantes do sistema político partidário brasileiro foi finalizada em janeiro de 1948, com a cassação dos mandatos de todos os parlamentares que haviam sido eleitos pelo PCB. Diante da mudança do cenário, a direção do PCB passou a defender o abandono da política de união nacional e da diretriz de atuação segundo a ordem e a legalidade. O lançamento do Manifesto de Janeiro de 1948 marcou a adoção de um discurso mais agressivo e combativo por parte do comando do partido, que passou a defender a renúncia do presidente Eurico Dutra, eleito em dezembro de 1945. As teses apresentadas em 1948 foram referendadas em 1950 no documento conhecido como Manifesto de Agosto. Nele, a direção do partido qualificava o governo Dutra como de “traição nacional” e defendia a ruptura dos comunistas com o que denominavam “democracia burguesa”.⁶³

A nova orientação programática do PCB, associada à intensa repressão que se abateu sobre os comunistas, afastou vários militantes que haviam sido atraídos para o partido em 1945, no momento da euforia democrática. Muitos intelectuais debandaram e o número de quadros do partido foi reduzido significativamente. As bases partidárias, como aponta Soares,⁶⁴

61 Ibidem.

62 Idem, p. 17, 19 set. 1947.

63 Para mais informações sobre a mudança doutrinária do PCB ver: VINHAS, **O partidão**, op. cit.

64 SOARES, Ede Ricardo de Assis. Insubordinações de bases do PCB frente às orientações dos Manifestos de Janeiro de 1948 e Agosto de 1950. In: SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de. **Capítulos de história dos comunistas no Brasil**. Salvador: Edufba, 2016.

que se mantiveram atuantes não aderiram irrestritamente à nova orientação do comando comunista. As costuras políticas que foram arrematadas nas organizações locais e regionais do partido desde 1945 estavam sólidas o suficiente para resistirem às palavras de ordem de Prestes. Este foi o caso do movimento feminino do partido. As Uniões Femininas continuaram a ser coordenadas por direções mistas, integradas por comunistas e não comunistas, bem como continuaram abertas para receber mulheres de filiações partidárias e credos religiosos diversos. Enquanto a direção do PCB promovia uma guinada em seu posicionamento, as militantes do trabalho político feminino, a partir de 1948, conduziram a fundação de entidades estaduais de mulheres e da Federação de Mulheres do Brasil de maneira mais próxima às diretrizes anteriores. O movimento feminino comunista, nesse sentido, manteve sua autonomia, conseguiu se ampliar e garantiu sua atuação até a instauração do regime militar em 1964.

Recebido em 02/05/2022

Aprovado em 07/10/2022